

A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES NO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

CAMPOS, Rodrigo José de¹

RESUMO

A temática relacionada às áreas verdes é de extrema complexidade, permitindo diversas abordagens e perspectivas de análise. Neste artigo, destacamos a importância das áreas verdes nas áreas urbanas, levando em consideração o crescimento das cidades e a busca por uma melhor qualidade de vida. No sistema capitalista, a transformação do solo em mercadoria impacta o espaço geográfico, levando à especulação imobiliária e à valorização dos terrenos. Além das funções físicas e ecológicas, as praças públicas desempenham um papel crucial na coesão social e na identidade local, atuando como catalisadores sociais. A presença de áreas verdes nas cidades tem sido cada vez mais valorizada devido ao seu contributo para a qualidade de vida urbana. Parques públicos e espaços verdes são fundamentais para a saúde pública, proporcionando benefícios estéticos, recreativos e de bem-estar. A vegetação presente nas áreas urbanas cria um contraste positivo com o ambiente construído, oferecendo condições de relaxamento e recreação para os cidadãos. Os espaços verdes urbanos não só contribuem para a qualidade ambiental, mas também têm impactos econômicos, culturais e sociais significativos. A introdução de áreas verdes nas cidades requer um planejamento urbano adequado, considerando a gestão e o planejamento integrado desses espaços. Estratégias inovadoras e sustentáveis são adotadas para tornar as cidades mais verdes e promover a qualidade de vida dos seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida; Planejamento Urbano; Qualidade Ambiental

LA IMPORTANCIA DE LAS ÁREAS VERDES EN EL ESPACIO URBANO CONTEMPORÁNEO

ABSTRACT

La temática relacionada a las áreas verdes es extremadamente compleja, permitiendo diversas aproximaciones y perspectivas de análisis. En este artículo, destacamos la importancia de las áreas verdes en las áreas urbanas, considerando el crecimiento de las ciudades y la búsqueda de una mejor calidad de vida. En el sistema capitalista, la transformación del suelo en mercancía impacta el espacio geográfico, conduciendo a la especulación inmobiliaria y a la valorización de los terrenos. Además de las funciones físicas y ecológicas, las plazas públicas desempeñan un papel crucial en la cohesión social y en la identidad local, actuando como catalizadores sociales. La presencia de áreas verdes en las ciudades ha sido cada vez más valorada debido a su contribución a la calidad de vida urbana. Los parques públicos y espacios verdes son fundamentales para la salud pública, proporcionando beneficios estéticos, recreativos y de bienestar. La vegetación presente en las áreas urbanas crea un contraste positivo con el entorno construido, ofreciendo condiciones de relajación y recreación para los ciudadanos. Los espacios verdes urbanos no solo contribuyen a la calidad ambiental, sino que también tienen impactos económicos, culturales y sociales significativos. La introducción de áreas verdes en las ciudades requiere una planificación urbana adecuada, considerando la gestión y la planificación integrada de estos espacios. Se adoptan estrategias innovadoras y sostenibles para hacer que las ciudades sean más verdes y promover la calidad de vida de sus habitantes.

PALABRAS CLAVE: Calidad de vida; Planificación Urbana; Calidad Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

A temática das questões urbanas tem sido objeto de inúmeras abordagens ao longo do tempo, a partir da segunda metade do século XX. A relevância desse interesse está diretamente relacionada ao crescimento dos centros urbanos e às crescentes demandas por infraestrutura, habitação, transporte, trabalho, saúde, educação e lazer (LIMA; AMORIM, 2006). Nesse contexto, as transformações na

¹ Arquiteto e Urbanista, Mestre em Geografia e Doutorando em Engenharia e Tecnologia Ambiental. E-mail: rodrigo.campos@ufpr.br.

paisagem urbana se destacam, comprometendo a qualidade do ambiente físico, resultando em insalubridade e baixa qualidade de vida para os habitantes.

A avaliação da qualidade ambiental nas cidades torna-se cada vez mais evidente e crucial, uma vez que é no ambiente urbano que os problemas ambientais frequentemente se manifestam de forma mais intensa, com concentração de poluentes no ar e na água, degradação do solo e subsolo devido ao uso intenso do território para atividades urbanas (LOMBARDO, 1985). Apesar de o conceito de qualidade ambiental urbana ser frequentemente abordado na literatura científica e na legislação (BUCCHERI-FILHO; TONETTI, 2011), na prática, poucas ações são efetivamente implementadas para melhorar as condições ambientais do espaço urbano, sendo a criação de áreas verdes públicas uma das medidas mais significativas.

As áreas verdes públicas, caracterizadas pela presença predominante de vegetação arbórea, proporcionam inúmeros benefícios que contribuem para a qualidade ambiental do ambiente urbano. Esses espaços garantem conforto térmico, estabilização de superfícies através da fixação do solo pelas raízes das plantas, redução da poluição do ar, sonora e visual, além de servirem de abrigo para a fauna (NUCCI, 2008). Além disso, as áreas verdes são essenciais na estrutura urbana, atuando como indicadores de qualidade de vida ao promoverem lazer e recreação para a população (NUCCI, 2008), além de serem locais de convívio social e expressão da vida comunitária.

Dessa forma, a proposta deste artigo é promover uma discussão sobre a qualidade de vida urbana, enfatizando o papel das áreas verdes públicas na melhoria do ambiente urbano e no bem-estar da população. Diante desse panorama, torna-se imprescindível a realização de pesquisas que abordem o papel das áreas verdes no ambiente urbano, suas contribuições para a qualidade ambiental das cidades e o impacto na qualidade de vida da população. Além disso, reflexões sobre a importância do planejamento urbano municipal e políticas públicas são essenciais para a construção de cidades ambientalmente saudáveis e sustentáveis.

2. ÁREAS VERDES E SUAS TIPOLOGIAS NO MEIO URBANO

Ao longo do tempo histórico, existiu uma variedade de maneiras pelas quais o Homem, organizado em diferentes sociedades, interagiu com a natureza, e todas essas diferentes formas de interação resultaram em impactos no ambiente. Devido às diferentes formas e taxas de uso da natureza, há uma distribuição desigual dos impactos humanos no ambiente natural em todo o mundo, e a compreensão da relação de uma determinada sociedade com o seu meio natural imediato torna-se fundamental para gerir, e talvez até mesmo eliminar em alguns casos, esses impactos (COSTA e COLESANTI, 2011).

A compreensão da relação entre sociedade e natureza fornece um conhecimento mais profundo da situação ecológica e pode contribuir para se encontrar caminhos para desenvolver estratégias sustentáveis para proteger o meio ambiente. Essa relação também enfatiza a necessidade de conservar a biodiversidade, adotar um estilo de vida mais sustentável e utilizar os recursos de forma responsável (SCHEUER e NEVES, 2016).

Segundo Graça e Telles (2020), em 1877, o conceito de espaço aberto urbano foi apresentado pela primeira vez em Londres, Inglaterra. Em 1906, o espaço aberto urbano foi formalmente definido como qualquer terreno fechado ou não fechado, no qual menos de 1/20 do terreno não contenha prédios ou edifícios, e o restante do terreno fosse usado como parques ou entretenimento, ou como áreas de resíduos, ou áreas não utilizadas.

Os espaços urbanos de caráter público são aqueles aos quais as pessoas podem acessar a qualquer momento, sem importar um horário, um registro ou uma autorização para seu livre trânsito e permanência, podendo realizar uma ampla gama de atividades e usos, o que confere uma vitalidade importante à dinâmica do local, pois permite maior interação entre a sociedade. Estes espaços são os que têm maior predominância dentro da cidade distinguindo-se os seguintes tipos: rotatórias, pontes pedonais, pontes veiculares, leira e áreas residuais (BARGOS e MATIAS, 2011).

Ao contrário dos espaços de caráter público, os semipúblicos mantêm um acesso restrito a um horário, registo ou autorização de circulação e permanência neles, apresentando na maioria das vezes um constrangimento físico relativamente à sua envolvente (muros, vedações, portões, etc.) (SCHEUER e NEVES, 2016).

Os espaços de natureza privada são aqueles que mantêm em todo o momento um acesso restrito, e são de uso exclusivo de proprietários e de quem por eles for designado, sendo delimitados como nos espaços semipúblicos por barreiras físicas, limita a atividades e usos nelas desenvolvidos. Por mais restritos que sejam os acessos, esses espaços são parte importante da percepção que os habitantes têm da cidade. Dentro dos espaços urbanos de caráter privado é possível identificar os seguintes tipos: pátios, terraços e jardins de edifícios privados (DA SILVA e SAMMARCO, 2015).

O espaço urbano, em si, envolve aspectos sinérgicos e estruturais. De uma perspectiva sinética, a urbanização é alimentada pelo crescimento populacional e pela expansão institucional. Em um cenário simplista, para que ocorra a urbanização, as pessoas devem se reunir em número suficiente para que se situem em um espaço que as diferencie visivelmente de agrupamentos humanos menos populosos (COSTA e COLESANTI, 2011).

A agregação de pessoas dentro de um mesmo espaço urbano serve como uma força social que reúne pessoas com estilos de vida e ética de trabalho diversos. Na maioria dos casos, as pessoas migraram para o mesmo espaço devido a interesses comuns ou expectativas compartilhadas em

relação a estilos de vida e ética no trabalho. Curiosamente, o contato social entre pessoas da população que compartilham o mesmo espaço aumenta a diversidade social da população, aumentando a familiaridade com diferentes estilos de vida (BARGOS e MATIAS, 2011).

No planejamento urbano, o termo “espaço verde” refere-se à cobertura vegetal da área espacial de uma cidade. O espaço verde é um espaço urbano que atende a várias estéticas, contribui com a purificação do ar e a conservação da ecologia etc. Os espaços verdes urbanos nas cidades existem como parques e jardins naturais ou seminaturais, complementados por bolsões de vegetação espalhados e associados a estradas e áreas aleatórias. Entende-se que parques e reservas ambientais possuem não somente um papel social, mas também exercem uma dimensão ecológica para o cotidiano (COLCHETE FILHO e JÚNIOR, 2018, p. 7).

O chamado espaço verde pode ser definido como qualquer área ao ar livre que não seja pavimentada. Parques são um tipo de espaço verde muitas vezes considerado o exemplo por excelência. No entanto, eles não configuram o único tipo; canteiros centrais de vias urbanas, praças e até algumas calçadas podem ser consideradas espaços verdes (SCHEUER e NEVES, 2016).

Figura 1 - Parque Ibirapuera, São Paulo/SP.



Fonte: Disponível em: <<https://spinfoco.wordpress.com/2013/03/06/conheca-a-historia-do-parque-do-ibirapuera/>>. acesso em: 29 de maio de 2023.

O espaço verde urbano é uma parte importante dos espaços públicos abertos e serviços comuns prestados por uma cidade e pode servir como um ambiente de promoção da saúde para todos os

membros da população urbana e comunidade. É, portanto, necessário garantir que os espaços verdes públicos sejam de fácil acesso para toda a população e distribuídos equitativamente dentro da cidade. O espaço verde urbano, compreendendo parques, bosques e outras áreas seminaturais, é um componente fundamental dos ecossistemas urbanos (COSTA e COLESANTI, 2011).

Complementando o que os autores Costa e Colesanti, (2011), informam acima, um exemplo de área verde urbana que se enquadra nos critérios descritos é o Parque Ibirapuera localizado na cidade de São Paulo. É um importante parque que recebe milhares de frequentadores, sendo moradores do entorno do município no geral e também turistas de outras regiões do Brasil que aproveitam a estadia na grande metrópole para conhecer o parque, ilustrado pela figura 1.

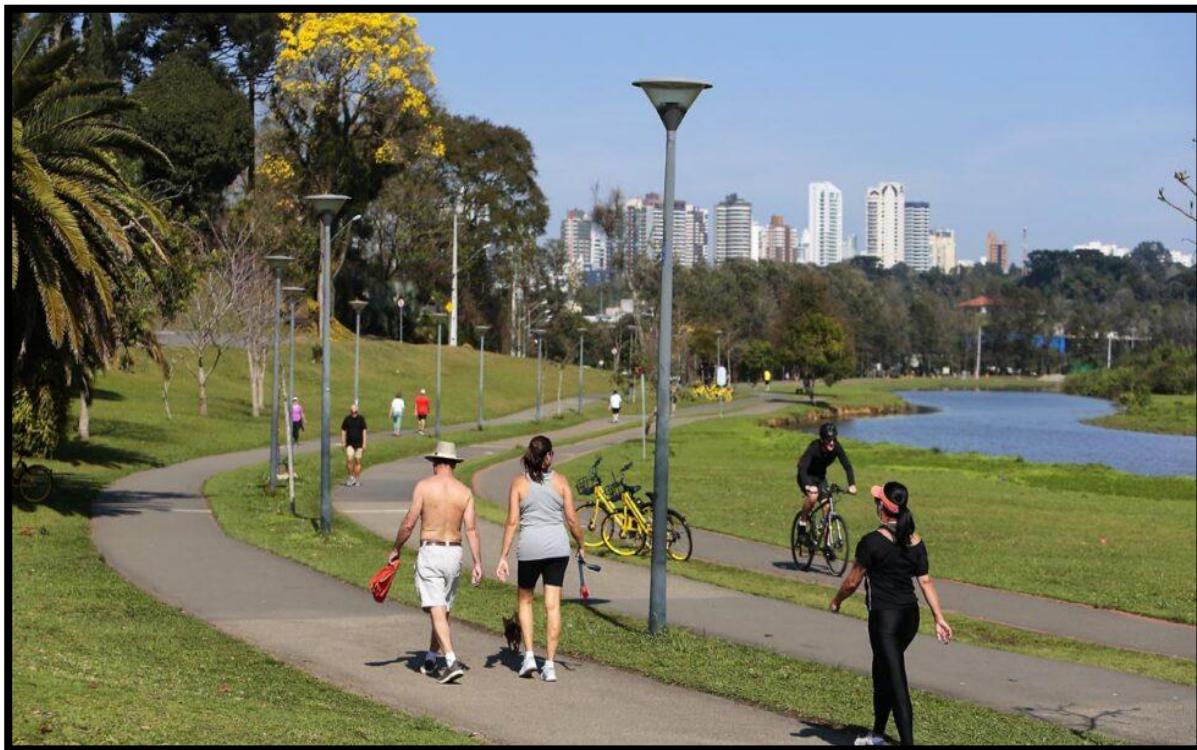
Graça e Telles (2020, p. 743) apontam que “com a expansão das cidades e a destruição das florestas, aumentou o interesse por jardins e parques, um contraponto à sociedade industrial, passando a ser parte da vida cotidiana urbana”.

Alguns parâmetros tradicionais e culturais, incluindo saúde, ecológico, social e recreativo, continuam sendo um importante fator determinístico para a ótima usabilidade desses espaços. Os espaços verdes podem ser acessíveis ou inacessíveis dentro das áreas da cidade. A acessibilidade dos espaços verdes é um aspecto importante para avaliar o seu impacto (BARGOS e MATIAS, 2011).

Os espaços verdes urbanos desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável das cidades. As intervenções em espaços verdes alimentam o caráter existente da cidade, melhoram as condições ambientais, promovem espaços recreativos ao ar livre e estilos de vida ativos, conforme mostra a figura 2, e protegem a biodiversidade criando habitats para a vida selvagem, segundo Mazzei, Colesanti e dos Santos (2007, p. 36).

Em uma escala maior de extensão, as áreas verdes podem contribuir para a redução dos efeitos da ilha de calor nos grandes centros urbanos e reduzem o escoamento superficial, possibilitando maior infiltração da água proveniente da chuva. Nos últimos anos, também se destaca o seu papel na redução das emissões de carbono e na melhoria da saúde dos cidadãos. Os benefícios dos espaços verdes urbanos são múltiplos e podem ser divididos em três grandes categorias: benefícios ambientais; benefícios econômicos e estéticos e benefícios sociais e psicológicos (DA SILVA e SAMMARCO, 2015). Aliás, esse papel atribuído às áreas verdes e os benefícios apontados representam a motivação do presente estudo para verificar até que ponto o Parque Ecológico Paulo Gorski se enquadra nessas condições para a população da cidade de Cascavel.

Figura 2 - Parque Barigui Curitiba/PR



FONTE: Disponível em: < <https://www.tribunapr.com.br/saude-e-bem-estar/sete-parques-de-curitiba-pra-fazer-exercicios-e-sete-dicas-para-melhorar-sua-saude/>>. acesso em: 29 de maio de 2023.

Nos últimos anos, muitas cidades reconheceram a importância dos espaços verdes e desenvolveram metas para introduzir esse espaço no setor urbano. Algumas das iniciativas adotadas incluem estratégias para aumentar a natureza urbana, proteger parques existentes e promover telhados verdes (SCHEUER e NEVES, 2016).

A implementação de espaço verde pressupõe que as cidades tenham um plano global a partir do qual traçam as suas intenções. Este plano de referência, que pode ser chamado de plano "verde", "paisagístico" ou de "embelezamento", assume a forma de um estudo prévio que visa coordenar os vários projetos que visam a melhoria do ambiente de vida à escala de um distrito ou concelho (COSTA e COLESANTI, 2011).

Um Plano Verde define uma estratégia global de desenvolvimento a médio prazo, capaz de orientar a condução de cada operação para um projeto urbano coerente. O carácter pré-operacional do Plano Verde faz dele o instrumento de gestão permanente do município: hierarquiza as intervenções estabelecendo prioridades, permite ao município aproveitar as oportunidades que se apresentam (SCHEUER e NEVES, 2016).

Este plano induz pontos de passagem obrigatórios: estabelecimento de um diagnóstico partilhado, cenários possíveis de desenvolvimento, programa de ação dotado de meios, manutenção de balanço e acompanhamento das realizações concretizadas (DA SILVA e SAMMARCO, 2015).

Em geral, o espaço verde urbano possui afabilidade e condição de infraestrutura pública superior aos subúrbios, formando assim uma força centrípeta. A força centrípeta aumenta com o crescimento da área verde urbana; no entanto, como o espaço verde urbano não é exclusivo e competitivo como um bem público, a força centrípeta do espaço verde diminui com o crescimento populacional da “área central”, como uma área com altas densidades populacionais (COSTA e COLESANTI, 2011).

Conforme Scheuer e Neves (2016), os principais tipos de áreas verdes urbanas são: jardins históricos, áreas verdes de bairro, parques urbanos e espaços verdes públicos e privados. Os jardins históricos geralmente são antigas áreas verdes que testemunharam diferentes períodos históricos e culturalmente relacionados com o desenvolvimento da cidade. Por estas razões, os jardins históricos desempenham um papel único no ambiente urbano. Um dos principais objetivos da gestão destes jardins, é a conservação do seu material genético original e ao mesmo tempo a preservação de um estado degradante.

Os espaços verdes de bairro são utilizados principalmente pelos residentes para fins recreativos, de lazer e de convívio. Considerando a modesta extensão desses espaços verdes, os critérios de projeto devem ser simples: árvores, arbustos e áreas de gramado devem estar localizados de forma a alternar espaços sombreados e ensolarados; também devem ser fornecidas áreas pavimentadas, equipadas para áreas de lazer e estar (DA SILVA e SAMMARCO, 2015).

Os parques urbanos são áreas mais ou menos extensas de espaços verdes abertos que estão presentes em contextos urbanos ou nas periferias e que desempenham importante função recreativa, ambiental e cultural, contribuindo para uma melhor qualidade de vida (SCHEUER e NEVES, 2016).

3. METODOLOGIA

Com o intuito de delimitar o escopo a ser investigado, foi adotada uma abordagem qualitativa, na qual os procedimentos foram organizados em três fases distintas: "abertura ou exploratória" e "coleta de dados".

No decorrer deste estudo, foi realizado um levantamento de referências que tratam do significado e da importância dos espaços públicos e áreas verdes urbanas. De acordo com Severino (2007), a pesquisa qualitativa se mostra como uma metodologia apropriada para a coleta de dados, uma vez que possibilita uma análise abrangente do objeto em questão, considerando o contexto no qual está inserido e as características da sociedade à qual pertence. Isso permite obter respostas mais precisas em relação aos objetos de estudo. A pesquisa qualitativa é, por natureza, exploratória,

buscando compreender os motivos que fundamentam determinados comportamentos e desvendar as percepções e expectativas de um grupo ou sociedade específica (GIL, 2009).

Além disso, ao adotar uma abordagem qualitativa, é possível aprofundar o entendimento sobre os fenômenos sociais e culturais relacionados aos espaços públicos e áreas verdes urbanas, contribuindo para uma análise mais detalhada e embasada. Dessa forma, torna-se viável identificar as nuances e complexidades presentes nesses ambientes, bem como compreender as interações e significados atribuídos pelas pessoas a esses locais.

4. OÁSIS EM CONCRETO: A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES URBANAS

As cidades estão se expandindo, espalhando-se fora de seus limites e aumentando a densidade. Esse aumento da infraestrutura das cidades teve efeitos adversos na quantidade e na qualidade dos espaços urbanos (MACIEL e BARBOSA, 2015).

Como a vida pública está ficando mais centrada nas rotas de trânsito, estações de metrô, calçadas e passarelas elevadas apresentam protagonismo no cotidiano das cidades modernas que adotam a implementação de áreas verdes com o objetivo de possibilitar aos seus cidadãos uma área de escape ao cimento/pavimentação que marca as cidades.

Na figura 4 observamos o parque Hing Line, trata-se de um parque linear suspenso localizado na cidade de Nova Iorque. Esse parque foi construído em uma antiga linha ferroviária que estava desativada e recuperando assim uma área que estava em desuso.

Os espaços urbanos e seu *design* atual abordam não apenas a agenda de fornecer um local para interação pública e descanso, mas também a necessidade de regeneração urbana, revitalização de comunidades antigas e redefinição da infraestrutura negligenciada existente na cidade. Mazzei, Colesanti e dos Santos (2007, p. 39) acrescentam que

As áreas verdes não são necessariamente voltadas para a recreação e o lazer, objetivos básicos dos espaços livres, porém devem ser dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias, a pequenas distâncias da moradia (que possam ser percorridas a pé) (MAZZEI, COLESANTI e DOS SANTOS, 2007, p. 39).

Um aspecto fundamental a ser abordado é aquele referente à obrigação do Estado – representado pelos aparelhos governamentais – em destinar, equipar e providenciar a manutenção dessas áreas públicas nas cidades. Como bem destaca (2001, p. 89, MAZZEI, COLESANTI e DOS SANTOS, 2007, p. 39), a recreação não deve ser comprada, pois o governo tem a obrigação de fornecer meios para que toda a população possa ter a oportunidade de escolher livremente como, quando e onde se divertir.

Figura 4 - High Line Park -cidade de Nova York



FONTE: Disponível em: <https://www.zincobrasil.com.br/high-line-park-nova-iorque/> acesso em: 10 de março de 2023.

Atualmente, a utilização do espaço urbano para promover uma área verde para fins recreativos e de lazer também leva em conta identificar os seus valores econômicos, culturais, ambientais e sociais, o que aumenta ainda mais a atenção na sua gestão e planejamento (ALVES et al., 2020).

Num mundo cada vez mais urbanizado, onde imperam o betão² e o asfalto, os espaços verdes surgem como essenciais na cidade. Perante a complexidade e o rigor do ambiente construído, o espaço verde convida ao descanso e relaxamento. Isso cria barreiras contra ruído e poeira, mas também é uma fonte de frescor, satisfação visual e estimulação intelectual (MATIAS e COMELLI, 2020).

A vegetação cria um contraste favorável com o ambiente construído, ao mesmo tempo em que apoia e valoriza os vários constituintes da paisagem urbana. O espaço verde proporciona assim aos seus utilizadores condições de relaxamento. Da praça ao grande parque urbano, os espaços verdes são centros de recreação, locais de descanso, passeios, jogos e esportes (BARROS et al., 2017).

Na atualidade muitas cidades começaram a incorporar a natureza em suas paisagens, servindo para melhorar a vida de seus cidadãos. É evidente que as cidades desenvolvidas enfrentam grandes desafios para encontrar espaço para infraestrutura verde e têm enfrentado esse desafio por meio de soluções inovadoras, integradas e tecnicamente avançadas. As autoridades estão adotando estratégias

² O concreto ou betão é o material mais utilizado na construção civil, sendo composto por uma mistura de água, cimento e agregados.

de infraestrutura para se tornarem cidades verdes, com mais e qualitativamente melhor natureza urbana (MACIEL e BARBOSA, 2015).

As estratégias municipais para introduzir as áreas verdes nos espaços urbanos são usadas politicamente para marcar esses ambientes urbanos como lugares atraentes para se viver e visitar. Nesse sentido, os projetos de sustentabilidade podem ser entendidos como projetos de *placemaking*: melhorar a qualidade de vida dos moradores por meio de medidas de sustentabilidade. (ARRAIS et al., 2014).

As cidades são formadas pela combinação de massas e vazios. A quantidade e proporção de massas e vazios determinam a estrutura de uma cidade. Muitas massas sem conexão com quaisquer vazios tornariam uma cidade apertada, ilegível e caótica. Assim, as praças públicas urbanas servem como uma força estabilizadora, especialmente nas cidades populosas contemporâneas (ALVES et al., 2020).

As praças públicas e parques urbanos proporcionam aos cidadãos locais para diversas atividades de lazer e ao ar livre. As pessoas da cidade podem relaxar, sentar-se, ler um livro, jogar, encontrar amigos nessas áreas públicas. As atividades não são predefinidas ou limitadas nas praças urbanas, esses espaços também podem ser usados para cerimônias, rituais, atividades políticas, eventos musicais, até teatro e pequenas feiras (ARRAIS et al., 2014).

De acordo com Maranho (2017), a cidade de Curitiba/PR, no decorrer de sua história foi marcada por diversas transformações principalmente no caráter urbano que foram promovidas pelos seus gestores. Entre as principais obras públicas encontram-se a criação de novos espaços públicos em especial as áreas verdes urbanas na qual a cidade ficou conhecida. Ainda de acordo com o autor foram criados 23 parques e vários bosques em todo o perímetro da cidade a partir do ano de 1972.

Na figura 5 vemos a imagem do Parque Barigui, com a integração entre natureza e o meio urbano, no segundo plano vemos os prédios da capital paranaense e o parque que está inserido no desenho urbano.

Figura 5- Parque Barigui - Curitiba/PR



FONTE: Disponível em: <https://www.zincobrasil.com.br/high-line-park-nova-iorque/> acesso em: 10 de março de 2023.

Uma das áreas verdes urbanas mais conhecidas do município de Curitiba é o Parque Barigui ele possui uma grande relevância dentre todos os parques do município sendo que ele é o maior dos 23 parques da cidade, totalizando uma área de 1.400.000 m² e o que possui o maior índice de visitação na cidade. Esse parque possui um rico cenário composto por diversas árvores, bromélias, orquídeas e animais (em especial as capivaras) e a sua infraestrutura atende todos os tipos de frequentadores, com pista de caminhada, ciclovias, áreas gramadas e uma bela vista (MARANHO, 2017).

O Parque Barigui além ter o papel estético para o embelezamento da cidade, é um grande aliado para conter enchentes do Rio Barigui pois possui um grande lago que tem a função de drenagem urbana, para que a área não sofra com alagamentos (MARANHO, 2017).

Nos dias de hoje, praças públicas bem projetadas aumentam o valor visual da paisagem e contribuem para a estética ambiental. Embora contribuam para a imagem geral da cidade, as paisagens visuais apreciadas pelos indivíduos também têm impactos psicológicos positivos sobre os usuários do local. Outro benefício psicológico que as praças urbanas proporcionam é que elas são onde as pessoas podem relaxar e aproveitar seu tempo livre durante a movimentada vida urbana cotidiana (MACIEL e BARBOSA, 2015).

As praças públicas e parques urbanos também podem fornecer alguns benefícios econômicos para a comunidade. É um fato bem conhecido que a existência de espaços abertos e verdes aumenta os preços dos imóveis próximos. As praças urbanas também podem ser utilizadas como mercados ou fazer parte de atividades comerciais, como shopping centers (ALVES et al., 2020).

Outro aspecto a ser mencionado refere-se à especulação imobiliária dos imóveis que ficam no entorno da área verde criada a partir de investimentos públicos. Em alguns casos, esse processo de especulação pode levar à ‘expulsão’ dos moradores que se encontravam antes de implantação da área verde, mas que são levados (de forma gradual ou rápida) a se deslocarem para outro local da cidade, onde os preços dos imóveis e/ou o aluguel são mais acessíveis (ALVES et al., 2020).

De acordo com Alves (2019), a especulação imobiliária, basicamente, é o processo de mudança na valorização dos solos, consistindo na prática de obtenção de lucro privado a partir de investimentos realizados sobre um determinado terreno. Obviamente, não está somente atrelada a implantação das áreas verdes, mas ocorre devido a diversas melhorias no entorno como: uma creche, uma escola, um shopping, dentre outras intervenções feitas no meio urbano.

Como sabemos, um dos efeitos do sistema capitalista sobre o espaço geográfico é a transformação do solo em mercadoria, o que o torna sujeito às variações de mercado e às leis gerais desse sistema, como a livre concorrência e a lei da oferta e da procura (ALVES, 2019).

A prática da especulação imobiliária no espaço da cidade é muito comum de duas principais formas: a espera pela valorização ou a realização de investimentos que estimulem essa valorização. No primeiro caso, o investidor apenas adquire um terreno ou um imóvel a fim de que o aumento do seu preço seja muito superior ao da inflação no período corrente, de modo que a sua venda futura gere lucros reais (ALVES, 2019).

Além de suas funções físicas e ecológicas, as praças públicas contribuem enormemente para a coesão social e identidade local. Eles agem como catalisadores sociais. A principal função das praças urbanas é reunir os cidadãos por diversos motivos e atividades (BARROS et al., 2017).

A importância das cidades aumentou significativamente ao longo dos séculos e atualmente as áreas verdes urbanas começaram a ser altamente valorizadas por sua contribuição para a qualidade de vida nas cidades. Os parques públicos começaram a se desenvolver, delineando uma visão onde a natureza é considerada um elemento de saúde pública a par do seu forte contributo em termos de funções estético-recreativas para os espaços urbanos (ARRAIS et al., 2014).

5. A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES NAS CIDADES PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA

O planejamento urbano refere-se à divisão das funções das áreas da cidade pelo departamento de gestão urbana de acordo com as demandas das estratégias de desenvolvimento econômico urbano, é a reintegração e redistribuição dos recursos urbanos. O planejamento urbano surge das necessidades do desenvolvimento econômico urbano, mas também restringe o desenvolvimento econômico urbano em grande medida. Portanto, o planejamento urbano deve levar em conta não apenas os interesses de

longo prazo da cidade, mas também o equilíbrio entre população, recursos e meio ambiente (SCHEUER e NEVES, 2016).

O planejamento urbano tem o potencial de proteger algumas áreas ambientais especiais de uma cidade e de conservar o meio ambiente. O planejamento urbano que considera as mudanças climáticas é planejado, coordenado e apoiado por diversos setores. Inclui a gestão ambiental e a redução do risco de desastres (REIS, 2010).

Dessa forma, considera-se o equilíbrio entre o homem e o ambiente que está inserido, devendo haver sinergia e interação entre eles para atuarem em uma teia de interligação que afeta todo o conjunto (LIMA, LOPES e FAÇANHA, 2019).

Com suas pegadas compactas, cidades bem geridas conservam paisagens naturais. Telhados verdes, parques e florestas urbanas podem economizar água, fornecer habitat para plantas e animais, diminuir a temperatura e melhorar a qualidade do ar (HOFFMANN, MIGUEL e PEDROSO, 2011).

A qualidade de vida nas áreas urbanas depende muito da qualidade do ambiente local. As cidades são onde a maioria dos recursos são consumidos e onde muitos desafios ambientais são encontrados. Ao mesmo tempo, as cidades oferecem oportunidades para lidar com questões ambientais, com áreas de preservação e setores ecológicos (LIMA, LOPES e FAÇANHA, 2019).

Habitats naturais e sua biodiversidade são cada vez mais vistos como componentes vitais de cidades habitáveis. Eles fornecem espaços para recreação e ajudam a restaurar a saúde física e mental. Parques urbanos e florestas também contribuem para a sensação de pertencimento e bem-estar. Segundo Santana et al. (2007, p. 234), “a identificação dos aspectos mais relevantes para a utilização dos espaços verdes permite dirigir as intervenções no sentido de potenciar a sua utilização”.

Desenvolver os espaços verdes urbanos significa também permitir o florescimento da flora e fauna locais através de plantações diversificadas, implantação de prados ou relvados floridos e gestão diferenciada dos espaços. Com efeito, os espaços verdes não requerem todos o mesmo tipo de cuidados ou a mesma intensidade. A gestão diferenciada dos espaços verdes simplifica a manutenção e torna-a eficiente no que diz respeito à biodiversidade (SCHEUER e NEVES, 2016).

Os espaços verdes urbanos são cada vez mais considerados como habitats de conservação. Os modelos de conservação urbana defendem uma abordagem social e ecológica integrada na criação de espaços verdes para dar conta da combinação de fatores biofísicos, socioeconômicos e culturais que moldam os ecossistemas da cidade. Os projetos de esverdeamento urbano devem antecipar os desafios e planejar trabalhar em colaboração com as partes interessadas para enfrentá-los (REIS, 2010).

À medida que as cidades se expandem, os gestores de parques urbanos e ecologistas geralmente investem muito esforço no aumento do espaço verde urbano por meio de métodos inovadores e na preservação e restauração de habitats remanescentes. As motivações para estas ações partem da

percepção de que todos os espaços verdes têm valor para a biodiversidade. Essa percepção parece intuitiva, dadas as fortes associações entre o espaço verde urbano e a ocorrência de vida selvagem (SCHEUER e NEVES, 2016).

Os parques urbanos também contribuem com benefícios ambientais. Uma rede de parques e espaços abertos que incluam áreas naturais protegidas, reservas ecológicas, pântanos e outras áreas verdes é fundamental para fornecer habitats saudáveis para humanos, animais selvagens e plantas nesses locais densamente construídos. As paisagens naturais são vitais para preservar os ecossistemas regionais em meio às cidades em crescimento (REIS, 2010).

Os parques também ajudam a criar cidades com eficiência energética e humana que podem ajudar a retardar o aquecimento global. Parques lineares e espaços abertos tornam a vida compacta atraente e viável. As redes de trilhas conectam parques individuais, tornando-os mais fáceis de pedalar e caminhar (LIMA, LOPES e FAÇANHA, 2019).

A perda de biodiversidade causada pela urbanização é um problema sério que tem despertado preocupação global. Com o desenvolvimento da urbanização, mais e mais terrenos naturais foram substituídos por edifícios altos e estradas pavimentadas. Nesse contexto, parques em áreas urbanas muitas vezes atuam como “ilhas” ou fragmentos de habitat para a vida selvagem. A gestão do habitat da vida selvagem em parques é uma forma eficaz de proteger a biodiversidade em ecossistemas urbanos (HOFFMANN, MIGUEL e PEDROSO, 2011).

Linhos ferroviários antigas podem ser transformadas em vias verdes, e jardins plantados em telhados maximizam o espaço limitado e reduzem as emissões de gases de efeito estufa. Cada árvore ajuda a combater o aquecimento global, reduzindo a quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera e ajudando a resfriar as cidades (REIS, 2010).

Além disso, a adaptação às mudanças climáticas tornou-se e se tornará uma parte cada vez mais importante da agenda de desenvolvimento, especialmente nos países em desenvolvimento com maior risco devido às mudanças climáticas. As áreas protegidas podem complementar outras respostas de adaptação ao manter a integridade do ecossistema, proteger o clima local e reduzir os riscos e impactos de eventos climáticos extremos, como tempestades e secas (LIMA, LOPES e FAÇANHA, 2019).

As áreas protegidas conservam os estoques de carbono. Eles permitem a conectividade entre os habitats, permitindo que as espécies se movam em resposta às pressões climáticas (SCHEUER e NEVES, 2016).

Como também, as áreas protegidas são consideradas uma contribuição significativa para garantir habitats críticos e a conservação da biodiversidade. Quando bem-feitas, as áreas protegidas

podem fornecer habitats, alimentos e água para as espécies e permitir padrões de movimento natural (HOFFMANN, MIGUEL e PEDROSO, 2011).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi destacado a relevância das áreas verdes como elementos essenciais para a qualidade de vida nas cidades. Ao longo do texto, foi evidenciado como a presença de espaços verdes públicos contribui não apenas para a melhoria do ambiente urbano, mas também para o bem-estar físico, mental e social dos habitantes urbanos. Neste contexto, é fundamental refletir sobre a importância de políticas públicas e planejamento urbano adequado para promover a preservação e expansão desses espaços.

A transformação do solo em mercadoria, impulsionada pelo sistema capitalista, tem impactos significativos no espaço geográfico das cidades. A especulação imobiliária e a valorização de terrenos muitas vezes resultam na escassez de áreas verdes e na degradação do ambiente urbano. Nesse sentido, é crucial repensar a relação entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental, buscando estratégias que conciliem o crescimento das cidades com a manutenção de espaços verdes de qualidade.

As praças públicas foram destacadas como espaços fundamentais para a coesão social e identidade local. Além de serem locais de encontro e convívio, as praças desempenham um papel essencial na promoção da interação entre os cidadãos e na construção de comunidades mais unidas e participativas. Portanto, investir na revitalização e manutenção desses espaços é crucial para fortalecer o tecido social das cidades.

A importância das áreas verdes urbanas vai além de seus benefícios físicos e ecológicos. Os parques públicos e espaços verdes contribuem para a saúde pública, oferecendo oportunidades de lazer, recreação e contato com a natureza. Esses espaços desempenham um papel terapêutico, proporcionando alívio do estresse, melhoria da saúde mental e estímulo à prática de atividades físicas, essenciais para a qualidade de vida dos habitantes urbanos.

A implementação de Planos Verdes e estratégias de gestão integrada dos espaços verdes urbanos é fundamental para garantir a sustentabilidade e a preservação desses ambientes. A hierarquização das ações, a manutenção do equilíbrio entre áreas construídas e áreas verdes, e o acompanhamento constante das intervenções são aspectos-chave para o sucesso dessas iniciativas.

É necessário envolver a comunidade, os setores público e privado, e os especialistas em urbanismo e meio ambiente para desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis. Em um mundo cada vez mais urbanizado, onde o concreto e o asfalto predominam, as áreas verdes surgem como oásis de

frescor, tranquilidade e saúde nas cidades. Promover a expansão e a preservação desses espaços é essencial para garantir um ambiente urbano mais equilibrado, saudável e agradável para as gerações presentes e futuras. Portanto, é fundamental que governos, instituições e a sociedade como um todo reconheçam a importância das áreas verdes e atuem de forma colaborativa para promover cidades mais verdes, sustentáveis e humanas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. D. G. Função social da propriedade ou especulação imobiliária? A aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial no município de São Paulo entre 2014 e 2019. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], v. 40, p. 13-25, 2020. DOI: 10.11606/rdg.v40i0.163997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/163997>. Acesso em: 17 out. 2023.

ALVES, Karina de Nazaré Lima et al. Áreas verdes urbanas em Belém do Pará: histórico e potencialidades do Parque Ambiental Antonio Danúbio Lourenço da Silva. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, 2020.

ARRAIS, Aíla Maria Alves Cordeiro et al. Preservação das áreas verdes urbanas: um estudo sobre o Parque Ecológico das Timbaúbas. **NAU Social**, v. 5, n. 8, 2014.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.

BARROS, Alexandre Patrício Silva et al. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida: Uma análise comparativa entre os bairros Terra Firme e Cidade Velha–Belém/PA. **Revista Geoaraguaia**, v. 7, n. 2, 2017.

BUCCHERI-FILHO, A. T.; TONETTI, E. L. Qualidade ambiental nas paisagens urbanizadas. Revista Geografar. Curitiba: UFPR, v.6, n.1, p.23-54, jun./2011.

COLCHETE FILHO, Antonio Ferreira; JÚNIOR, Wellington Araújo Soares. Espaços livres urbanos: marcos teóricos e conceituais para o estudo das áreas verdes nas cidades. **Principia: Caminhos da Iniciação Científica**, v. 18, n. 1, p. 9-9, 2018.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 22, 2011.

DA SILVA, Keila Camila; SAMMARCO, Yanina Micaela. Relação ser humano e natureza: um desafio ecológico e filosófico. **Revista Monografias Ambientais**, p. 01-12, 2015.

GIL, Lissandra Guimarães. **A construção de Cascavel-PR: da formação do pouso às ressonâncias das propostas urbanísticas de Jaime Lerner até 1989**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

GRAÇA, Phillip Knippel do Carmo; TELLES, Flávio Pereira. A importância dos parques urbanos para a manutenção da biodiversidade e benefícios socioambientais: Uma análise realizada no Parque do Flamengo (Rio de Janeiro). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 13, n. 4, 2020.

HOFFMANN, Rosa Cristina; MIGUEL, Renato Abib Dutra; PEDROSO, Daiane Cristina. A importância do planejamento urbano e da gestão ambiental para o crescimento ordenado das cidades. **Revista de engenharia e tecnologia**, v. 3, n. 3, p. Páginas 70-81, 2011.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antônio Cardoso. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. *urbe*. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Revista Formação**, n.13, p. 139 -165. 2006.

LOMBARDO, M.A. **Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1985. 244 p. MANSILLA, S.L. Diferenciación sócio-espacial em San Miguel de Tucumán: El paisaje urbano como indicador de calidad de vida. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE GEÓGRAFOS, 3., **Anais...** CD. Santiago: Universidade de Chili, 2001.

MACIEL, Tatiane Tagliatti; BARBOSA, Bruno Corrêa. Áreas verdes urbanas: história, conceitos e importância ecológica. **CES Revista**, v. 29, n. 1, p. 30-42, 2015.

MATIAS, Alexandre Matos Muniz; COMELLI, Ana Beatriz Alarcon. Pequenas áreas verdes urbanas conseguem contribuir com a conservação da fauna regional?. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 3, n. 3, p. 2322-2331, 2020.

MAZZEI, Kátia; COLESANTI, Marlene T. Muno; DOS SANTOS, Douglas Gomes. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, p. 33-43, 2007.

NUCCI, T. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicada ao distrito de Santa Cecília (MSP). Curitiba: o autor, 2.ed. 2008. 150 p.

REIS, Almir Francisco. Preservação ambiental no contexto urbano. Cidade e Natureza na Ilha de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 12, n. 1, p. 45-61, 2010.

SANTANA, Paula et al. **Avaliação da qualidade ambiental dos espaços verdes urbanos no bem-estar e na saúde**. Santana, P.: A Cidade ea Saúde, p. 219-246, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 11, n. 05, p. 74-89, 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2007.